

Feminismos do Terceiro Mundo e as vozes silenciadas: a realidade das mulheres camponesas do Oeste de SC

Jocieli Decol¹

Resumo: O objetivo principal deste estudo é analisar o contexto de violência de gênero na agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina e elucidar a atuação das mulheres para superar essa opressão. Por meio do arcabouço teórico do feminismo terceiro mundista e dos relatos das mulheres que vivem na região, documentados na reportagem especial “Sozinhas: Histórias de mulheres que sofrem violência no campo” (desenvolvida pelo jornal Diário Catarinense), buscamos elucidar a luta dessas mulheres e apresentar possíveis caminhos para a superação da violência de gênero na região. A pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, em que utiliza-se de métodos qualitativos, essencialmente a pesquisa bibliográfica, incluindo também os relatos apresentados na reportagem citada acima.

Palavras-chave: Feminismos do Terceiro Mundo, violência de gênero, opressão, mulheres camponesas, oeste de Santa Catarina.

Introdução

Nos últimos anos os debates sobre gênero e violência contra as mulheres têm se expandido e alcançado espaço na mídia, nas rodas de conversa, nas redes sociais. No entanto, os números das violências e mortes de mulheres no Brasil também vêm crescendo, e mais do que nunca precisamos encontrar alternativas para superar essa realidade. O movimento feminista ocidental dominante, que incorpora a luta pela igualdade de gênero e o fim da opressão patriarcal, muitas vezes deixou de lado em suas análises muitos fatores que envolvem as realidades das mulheres no Terceiro Mundo², na periferia do sistema

¹ Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO); Graduada em Relações Internacionais (UFSM) e cursando especialização em Epistemologias do Sul pela CLACSO; E-mail: jocidecol08@gmail.com

² Atualmente, a configuração dos Não-Alinhados de Bandung, que possibilitou a criação do conceito de Terceiro Mundo não existe mais, porém “a cartografia imaginária que justificou o Terceiro Mundo ainda existe” (GROVOGUI, 2011, p. 178). E, por isso, o conceito de Sul Global, que passa a ser mais utilizado, “capta o espírito engajado do Terceiro Mundo e continua nos convidando para um reexame dos fundamentos intelectuais, políticos e morais do sistema internacional”(GROVOGUI, 2011, p. 175). Este convite é feito também pelo

internacional. Observando esse déficit e criticando o caráter universalista e eurocêntrico da abordagem ocidental, surgem os feminismos do Terceiro Mundo, os quais procuram a inclusão das diferenças e a ampliação do conceito de “mulher” homogêneo para “mulheres” diverso. Por meio das reflexões construídas pelas feministas periféricas apresentamos neste estudo a realidade das mulheres camponesas do Oeste de SC e sua agência frente às múltiplas opressões que sofrem diariamente. Para tanto, o artigo será dividido em duas sessões. Na primeira serão apresentadas as principais contribuições dos feminismos periféricos/terceiro mundistas para compreendermos a realidade das mulheres que se encontram nesse espaço geopolítico. Na segunda sessão serão apresentados os dados referentes à violência contra as mulheres no Brasil, e mais especificamente, no estado de Santa Catarina. Nessa parte também trazemos à tona trechos de depoimentos de mulheres vítimas de violência de gênero na região, os principais fatores que constroem essa realidade, e as formas de agência encontradas por essas mulheres para superar a opressão no campo.

Feminismos do Terceiro Mundo: a necessidade de um pensamento interseccional

O movimento feminista se constrói a partir da luta das mulheres desde o século XIX pela igualdade entre os gêneros. Para alcançar esse objetivo o movimento almeja a dissolução da estrutura machista, sexista e patriarcal sobre a qual se mantém nossa sociedade. Porém, o feminismo que pretende falar pelas “mulheres”, na maioria das vezes contemplou apenas a fala de mulheres brancas, ocidentais e socialmente abastadas. O surgimento do movimento feminista não ocorre a partir das maiores vítimas da sua opressão: as mulheres negras, pobres, periféricas. Essas vozes têm conseguido pouco ou nenhum espaço dentro desse discurso, elaborado majoritariamente por mulheres brancas, ocidentais e acadêmicas (bell hooks, 2010). Para responder a esse movimento surgem os feminismos do terceiro mundo, os quais objetivam chamar a atenção para as diferenças dentro do unidade analítica “mulheres”.

A ideia de Terceiro Mundo apresentada aqui refere-se aos países que sofreram e sofrem com os impactos da colonização, que tiveram suas estruturas sociais, econômicas e

conceito de periferia, que, elaborado por autores da Teoria do Sistema Mundo e da Teoria da Dependência, chama atenção para o caráter hierárquico e desigual do Sistema Internacional. Para os fins deste estudo os termos Sul Global, Terceiro Mundo, e Periferia serão utilizados como sinônimos. Considerou-se necessária a utilização destes, uma vez que, são os conceitos que possuem maior alcance no âmbito acadêmico e foram os que trouxeram visibilidade à discussão sobre a parte menos privilegiada do globo.

políticas deformadas por esse processo. Em termos geográficos, portanto, estão inclusos América Latina, Caribe, África, sul e sudeste da Ásia, China e Oceania. Mas, também são consideradas parte do Terceiro Mundo latinxs³, indígenas, negrxs, asiáticsxs que estão na Europa, EUA e Austrália (MOHANTY, 1991). As interconexões entre a localidade periférica e as estruturas de opressão têm impactado profundamente a realidade do Terceiro Mundo. Machismo, eurocentrismo, racismo e muitas outras formas de opressão marcam o dia-a-dia dessas pessoas, especialmente as mulheres. Nesse sentido, o conceito de Terceiro Mundo “é também uma forma de auto-empoderamento” (MOHANTY, 1991, p.-) uma vez que reconhece as ligações entre localidade, identidade e opressão e busca formas de superá-las. O feminismo ocidental dominante, no entanto, não incorporou inúmeras variáveis que compõem a realidade e a subjetividade das mulheres periféricas, compreendendo-as de forma homogênea e colonial. É com o surgimento dos feminismos do terceiro mundo/periféricos que a visão universalista do feminismo ocidental passou a ser questionada devido ao “seu universalismo, etnocentrismo, anglo-eurocentrismo, branqueamento e pela negligência de questões coloniais e raciais que atravessam etnias, nacionalidades e geografias” (BALLESTRIN, 2017, p. 1040). O grito dos feminismos do terceiro mundo é pelo reconhecimento das diferenças e da complexidade que o termo “mulheres” envolve. Uma vez que estas se constroem como sujeitos “através de uma complicada interação entre classe, cultura, religião e outras instituições” (MOHANTY, 1984, p.-) ou seja, “ não são “mulheres - um grupo coerente -” (MOHANTY, 1984, p.-). Compreender a interação e, na maioria das vezes, a sobreposição de opressões é questão chave aos feminismos periféricos. Isso porque, uma mulher negra e pobre, por exemplo, não sofre apenas o machismo devido ao seu gênero, mas também racismo pela sua cor, e preconceito devido a sua classe social. Desse modo, a interseccionalidade⁴ (hooks; CRENSHAW), negligenciada pelo feminismo ocidental, é essencial para entendermos as realidades do terceiro mundo.

³ Compreendendo que a linguagem e a escrita também são reflexos das estruturas de poder que envolvem a sociedade, a escrita utilizando o masculino como expressão de plural e neutralidade carrega o machismo que impera socialmente. Por isso, a autora optou pelo uso do x como forma de chamar atenção para este fato e provocar reflexões acerca do poder opressor da linguagem.

⁴ “A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos. Assim, ao sobrepormos o grupo das mulheres com o das pessoas negras, o das pessoas pobres e também o das mulheres que sofrem discriminação por conta da sua idade ou por serem portadoras de alguma deficiência, vemos que as que se encontram no centro – e acredito que isso não ocorre por acaso – são as mulheres de pele mais escura e também as que tendem a ser as mais excluídas das práticas tradicionais de direitos civis e humanos” (CRENSHAW, 2004, p. 10).

No arcabouço amplo de Feminismos do Terceiro Mundo ou Periféricos incluímos aqui diversos movimentos feministas: feminismo negro, feminismo lésbico, ecofeminismo, feminismo pós-colonial e decolonial, feminismo indígena, feminismo chicano, entre outros ⁵. Mesmo apresentando enfoques teóricos e metodológicos distintos, esses movimentos são localizados em um espaço geopolítico comum (Terceiro Mundo/periferia). Além disso, denunciam o etnocentrismo do feminismo ocidental elucidando “experiências de mulheres excluídas e impulsionando por várias frentes para que o projeto intelectual e político do feminismo seja descolonializado, democratizado e consiga criar as alianças necessárias para apoiar processos transformadores ” (SUAREZ;HERNANDEZ, 2008, p. -). Segundo Chandra Mohanty (1991), uma das principais autoras desse movimento, os escritos feministas periféricos enfatizam 1) o entendimento da simultaneidade de opressões como essencial para compreender as experiências das mulheres no Terceiro Mundo; 2) o crucial papel do Estado na vida cotidiana dos povos periféricos; 3) a importância da escrita e da memória na construção de uma agência opositiva; 4) as distintas organizações, entendimentos, contradições e subjetividades que compõem a complexidade das mulheres no Terceiro Mundo (MOHANTY, 1991). Sendo assim, os feminismos do terceiro mundo argumentam que o núcleo do movimento colonialista do feminismo ocidental com relação às mulheres do terceiro mundo está na suposição de que essas mulheres formam um grupo homogêneo. Essa categoria analítica trata a todas as mulheres como iguais, sem levar em consideração diferenças de classe, raça, sexualidade, entre outras. Analisam “a mulher” do terceiro mundo, e não “as mulheres”, em suas múltiplas diferenciações. Essa mulher vista pelo ocidente “leva uma vida essencialmente limitada devido ao seu gênero feminino (leia-se sexualmente constrangida) e seu pertencimento ao terceiro mundo (leia-se ignorante, pobre, sem educação,

⁵ “Entre otras muchas posibles adscripciones, de manera más concreta, pertenecerían a esta genealogía feminista propuestas como el Feminismo del Tercer Mundo o “The Third World Feminism” (Mohanty, 2008 [1984]12 y 2008 [2003]) y su denuncia de la mujer del “tercer mundo” entendida como víctima esencial, así como su propuesta de feminismo antiimperialista y anticapitalista; el eco-feminismo y sus diversas corrientes (Puleo, 2011); el feminismo lesbiano en su desvelamiento de la heterosexualidad como régimen político y no como opción sexual (Wittig, 1977 y 2006 [1992]; Rich 2001 [1980]; Clarke (1988); el feminismo negro y su interseccionalidad entre género, raza y clase (Hull, Bell y Smith, 1982; bell hooks, 2004 [1984]; Angela Davis, 2005 [1981]; Patricia Hill Collins, 2000 [2004]; Audre Lorde, 2003 [1984]); el feminismo chicano y el feminismo de las “mujeres de color”, así como su concepto de frontera como metáfora epistémica (Moraga y Castillo, 1988; Gloria Anzaldúa, 2004 [1987]); y más en la actualidad, los incipientes feminismos indígenas (Hernández, 2003 y 2008; Marcos, 2010, Rivera, 2008) y los feminismos islámicos (AA.VV, 2008; Mahmood, 2008; Bradan, 2012); así como el denominado feminismo decolonial (Lugones, 2005, 2008 y 2010)” (MEDINA MARTÍN, 2013, p. 63-4).

limitada pelas tradições, doméstica, restringida a família, vítima, etc.)” (MOHANTY, 1984, p.-).

Como ressaltado pelas teorias pós-coloniais e decoloniais, a construção do conhecimento não é uma ação apolítica, mas pelo contrário, envolve relações de poder e é moldada pelas condições sociais e ideológicas na qual o sujeito se encontra. Do mesmo modo, “as práticas do feminismo acadêmico (seja de leitura, escrita, crítica ou textual) estão inscritas nas relações de poder, relações que elas enfrentam, resistem ou, até possam respaldar implicitamente. Não existe, portanto, a academia apolítica” (MOHANTY, 1984, p.-). Precisamos, portanto, entender essas relações e procurar formas de pensar e agir que envolvam a decolonização⁶ do conhecimento. O estabelecimento de uma *ética da singularidade*, proposta por Spivak e compartilhada também por Teresa da Cunha e Terezinha da Silva, aparece como um instrumento na busca pela decolonização. A ética da singularidade é descrita como “uma pesquisa pela compatibilidade entre pessoas culturalmente situadas; isto é, uma questão de alteridade face a face, e abrindo espaço para a existente polifonia, dispensando abstrações e avaliações categóricas” (CUNHA;SILVA, 2016, p.2) Deste modo, “fornece nos a possibilidade de novos conceitos, Metodologias Narrativas Epistemologias, performances sociais que pressupõem a decolonização do pensamento” (CUNHA;SILVA, 2016, p.2). Em busca dessa decolonização devemos, portanto, apresentar um pensamento subversivo à ordem dominante e alternativo para novas realidades e assim acabar com o *monstro de três cabeças*⁷ que nos oprime: capitalismo, colonialismo e patriarcado.

patriarcado porque o corpo das mulheres só faz sentido quando é propriedade dos homens; capitalismo do Estado mínimo e porque quanto menor o Estado, menor treinamento de professoras/es, e melhor para os interesses de poucos; e o colonialismo no comportamento dx outrx, aqui a relação outro-com-outro como um incontrolável selvagem que não foi salvo de sua degeneração” (CUNHA;SILVA, 2016, p.6).

⁶ Optou-se na pesquisa pela utilização do termo ‘decolonização’ em detrimento de “descolonização”. Isso porque, diferentemente do último que em termos históricos diz respeito à superação do colonialismo, utilizar o termo “decolonização” implica, como nos mostra Catherine Walsh “colocar em evidência que não existe um estado nulo da colonialidade, mas sim posturas, posicionamentos, horizontes e projetos de resistir, transgredir, intervir, in-surgir, criar e influenciar. O decolonial expressa, então, um caminho de luta contínua na qual se pode identificar, visualizar e estimular “lugares” de exterioridade e construções de alter - (n)ativas.” (WALSH, 2013, p. 25).

⁷ Termo utilizado pela poeta angolana Rachel Lima.

Deste modo, para conseguir destruir essas bases opressoras da sociedade precisamos ser mais que feministas, precisamos decolonizar o próprio feminismo. E para isso é imprescindível considerar a diversidade de experiências e realidades sociais das mulheres. Ou seja, pensar a complexidade e a diversidade do ser mulher nos distintos pontos do mundo e, portanto, reconhecer a fala subalterna e a riqueza epistemológica de cada discurso (CUNHA;SILVA, 2016). Evidenciar a luta de mulheres periféricas e reconhecer a importância das suas vozes e agências é o que pretendemos fazer nesse estudo, que enfoca na realidade das mulheres agricultoras do Oeste de Santa Catarina.

As vozes silenciadas e a luta por autonomia: as mulheres camponesas do Oeste de SC

A cada 2 segundos uma mulher é vítima de violência física ou verbal no Brasil, a cada 1,4 segundos uma mulher é vítima de assédio (fonte: relógios da violência do Instituto Maria da Penha, 2018). Segundo dados Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2016 o Brasil registrou 49.497 casos de estupro. Em 2013, 4.762 foram assassinadas no Brasil, 50,3% desses crimes foram cometidos por familiares, e em 33,2% destes casos, o assassino foi o parceiro ou ex. As mulheres negras são ainda mais violentadas, entre 2003 e 2013, houve aumento no registro de mortes em 54% (Mapa da Violência 2015, Flacso). Em 2017, 946 mulheres foram vítimas de feminicídio, ou seja, assassinato em função de seu gênero, mortas pelo fato de serem mulheres (Monitor da Violência - G1, 2018). A violência contra a mulher tem várias faces e atinge inúmeras mulheres em todo o Brasil e no mundo. Violência física, violência patrimonial, violência moral, violência sexual e violência psicológica. Os dados são assustadores e infelizmente crescem a cada dia. No Brasil, apenas em agosto de 2006, a violência doméstica e familiar passou a ser considerada crime por meio da aprovação da lei n. 1.340, conhecida como Lei Maria da Penha, a qual cria instrumentos para prevenir e coibir a agressão no ambiente familiar (dados do Relógio da Violência, Instituto Maria da Penha, 2018).

Nos últimos anos os debates acerca da violência contra a mulher tem crescido e a busca por conscientização e políticas públicas que atendam as demandas das mulheres vítimas de violência tem estado em pauta. No entanto, para muitas pessoas o assunto violência contra as mulheres continua sendo um tabu e inúmeras mulheres sofrem caladas, sendo vítimas de abusos muitas vezes dentro de sua própria casa. Essa é a realidade de muitas

mulheres que vivem no interior, em cidades longes dos grandes centros, distantes de delegacias especializadas, de oportunidades econômicas, de assistência pública, de ajuda. O medo do agressor, do julgamento social e também a preocupação com os filhos faz com que muitas mulheres não denunciem, e vizinhos ou pessoas que muitas vezes presenciam a agressão se calam pelo medo ou pela cultura do “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. A banalização da violência no ambiente doméstico, fruto da cultura machista que nos encontramos é um empecilho na luta contra a violência e faz com que muitas mulheres enxerguem a violência sofrida até como algo “do cotidiano”. É urgente debatermos esse tema com as mulheres do campo e pensarmos em alternativas para superar essa realidade opressora.

O estado de Santa Catarina, foco deste Estudo, apresentou cerca de 47 casos de feminicídios em 2017 (Diário Catarinense, 2017). Desde a criação da Lei Maria da Penha, as mortes por feminicídios no Estado somam 285 processos penais da Justiça (G1, 2017). Chapecó foi a cidade que mais registrou ações ajuizadas dentro da Lei do Feminicídio com 20 casos. A cidade, localizada no Oeste de Santa Catarina, ocupa o 3^a lugar no ranking de violência contra mulheres no Estado (Rádio AL, 2017). A região oeste de Santa Catarina abrange cidades de médio e pequeno porte, as quais possuem, em sua grande maioria, a agricultura como principal atividade produtiva. A agricultura familiar é protagonista dessa produção e envolve toda a reunião. Apesar das vantagens da vida no campo, do contato com a natureza e da vida em comunidade, a realidade rural de muitas famílias é marcada por inúmeras horas de trabalho, muitas vezes em condições precárias, sujeição ao contato com agrotóxicos, a necessidade de plantar cada vez mais e perceber o pouco valor dados aos alimentos advindos dali, enquanto o agronegócio recebe os mais altos subsídios estatais, a agricultura familiar luta para manter-se viva. Além desse contexto de exploração que vivem os pequenos agricultores, as mulheres, nesse cenário, sofrem novamente, uma sucessão de violências: (1) em relação a sua posição como agricultora em um país voltado para o agronegócio; (2) violência relacionada a sua segurança alimentar e saúde física e mental devido à intensas exposições a agrotóxicos extremamente prejudiciais ao ambiente; e (3) violências de gênero dentro do ambiente familiar, que de tão frequente acaba se tornando parte da rotina de tantas mulheres camponesas. A visão patriarcal e machista na qual se sustenta a sociedade brasileira, que pensa a mulher como submissa ao homem, espera que as mulheres cuidem da casa, dos filhos, do marido, ajudem no trabalho e ainda, que sofram

caladas violências diárias. A maioria dessas mulheres depende economicamente de seus maridos, uma vez que são eles que administram o dinheiro dentro de casa. Essa situação, aliada a preocupação com xs filhxs e o julgamento social, acaba impedindo denúncias e provoca a perpetuação das violências de gênero no campo.

No último mês (junho/2017) ocorreu uma importante iniciativa do jornal Diário Catarinense (DC) sobre a violência contra as mulheres do campo em SC. A reportagem especial “Sozinhas: Histórias de mulheres que sofrem violência no campo”, desenvolvida pelo jornal, traz à tona diversos relatos de violências sofridas por mulheres no estado. Esses relatos estão disponíveis na plataforma digital⁸ do Jornal, juntamente com fotos e áudios que retratam essa triste realidade do ambiente rural. Essa pesquisa é resultado dos esforços da repórter Ângela Bastos e o repórter fotográfico Felipe Carneiro, que percorreram milhares de quilômetros pelo estado coletando informações sobre a realidade das mulheres agricultoras, buscando entender porque SC é o quarto estado mais violento com relação às mulheres no país. A exposição desses fatos através da voz e imagem daquelas que são oprimidas instiga a reflexão sobre o tema, muitas vezes deixado de lado, ocultado pela população local. A violência contra a mulher se tornou algo tão presente que virou rotina em muitos lares no interior. Segundo o DC, a cada 12 minutos uma mulher é agredida em SC, e a dificuldade de acesso à delegacias especializadas, de locomoção no campo, além do julgamento dos vizinhos e vizinhas faz com que muitas mulheres sofram caladas as dores do machismo. Dar voz a essas mulheres é o primeiro passo para evidenciarmos esse problema tratado como banal, mas que é um dos principais algozes da nossa sociedade. Por isso, seguem abaixo alguns trechos das entrevistas feitas pelo DC.

Com o passar do tempo, a violência só cresceu. Chegaram os espancamentos. Independentemente do que a agricultora tivesse feito ou estivesse fazendo: trabalhando na lavoura, lavando a louça, limpando a casa. Com uma força física desproporcional em relação à dela, o homem jogava-lhe cadeiras, dava-lhe chutes, a arrastava pelos cabelos. Muitas vezes, lembra-se, ela buscava explicação para uma vida tão atormentada. — “Sofri muito na mão dele. Fui massacrada, estuprada. Na verdade, eu não sei se apanhava porque ele gostava de me bater ou se era um vício que ele tinha de me espancar”. Ade revela que muitas vezes pensou em pedir ajuda. Mas tinha medo de represálias, de que alguma coisa ruim pudesse acontecer com quem tentasse protegê-la.

— “Eu fui muito violentada. Perguntava por que estava fazendo aquilo, mas ele não respondia, ficava quieto, saía até de perto para não responder”. As marcas desse tormento

⁸ http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/violencia_contra_mulheres_do_campo/sozinhas.html

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Universidade Estadual de Londrina
13 a 15 de junho de 2018
ISSN 2177-8248

estão nas costas, pernas, joelhos, braços, mãos. Até no dedo quebrado. Mesmo na condição de vítima, Tânia era tomada por sentimentos comuns a outras mulheres: tinha medo e vergonha. Se saísse de casa, usava roupa de manga comprida para tapar hematomas e arranhões. Se fosse receber visita, escondia louças e móveis quebrados.— “Eu colava papel, botava adesivo, para que não vissem as coisas destruídas”. — “Eu corria com as crianças e me escondia no mato para não morrer”. Um dia, recorda, ela precisou ir à cidade. A carona atrasou e, ao retornar para casa, foi recebida com chutes e pontapés que atingiram as partes íntimas. Foi proibida de procurar socorro médico. Por causa dos golpes, urinou sangue durante um mês. A maior parte das agressões acontecia durante a noite. — “Tinha vezes que eu pedia pelo amor de Deus que o dia não anoitecesse e que continuasse claro para eu não passar tudo de novo”.

— “O mais forte, o que mais me doeu em meus 35 anos de casamento foi ele, o meu marido, ter brigado, me ameaçado de morte e não ter permitido eu dar adeus. Quando cheguei, meu pai já estava morto e enterrado”. Dias depois, a mãe dela reuniu os filhos e fez uma proposta. Daria a parte das terras a que tinha direito como viúva para Eraci, desde que fossem morar perto, em Arroio do Tigre, no Rio Grande do Sul. A reação do marido foi um desastre. Se ela quisesse, poderia ir, mas a filha ficaria com ele. — “Até a menina ele tentou me tirar na vida”.

Na busca por alternativas para uma vida melhor no campo, surgem no Brasil na década de 80 diversos movimentos de luta social liderados por mulheres. Em Santa Catarina (SC) surge o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) mais tarde chamado de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) um dos principais movimentos de mulheres agricultoras do país. Uma tentativa de superar a dependência econômica, a violência e melhorar a realidade do campo para as mulheres. Um agrupamento de vozes, que juntas são mais fortes. Segundo Valdete Boni, o movimento teve três principais fases. Em um primeiro momento o discurso é voltado para as questões trabalhistas, sendo o foco maior a classe. Na segunda fase, o discurso incorpora questão de gênero e não apenas classe como anteriormente. O momento atual, abarcando os anteriores, volta-se principalmente, para questões que envolvem a segurança alimentar, lutando pela defesa do meio ambiente e a produção de sementes crioulas (BONI, p.15). Como destaca o próprio movimento:

Toda esta bagagem trazida pelos movimentos autônomos de mulheres, associada aos demais movimentos, reafirmou a luta das mulheres em dois eixos: Gênero e Classe. Somos mulheres que lutamos pela igualdade nas relações e pertencemos à classe das trabalhadoras e trabalhadores. Nessa trajetória de luta e organização das mulheres camponesas foi sendo construída uma mística feminina, feminista e libertadora, cujo conteúdo se expressa no Projeto Popular que o Movimento está comprometido que articula a transformação das relações sociais de classe com a mudança nas relações com a natureza e a construção de novas relações sociais de gênero. (MMC, 2017).

Os dois eixos pelo qual o movimento se guia são, portanto, Classe e Gênero. A conexão entre ambos é que forma a identidade do grupo, pois são mulheres, mas mulheres camponesas. A vida rural é parte fundamental do autorreconhecimento dessas mulheres, por isso, ao analisarmos sua atuação devemos ser conscientes dessa interseccionalidade, como nos mostraram as feministas do terceiro mundo. Deste modo, estas mulheres se autodenominam como camponesas, ou seja, produzem os alimentos que dão sustento à família, “é a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas” (MMC, 2017). O Movimento das Mulheres Camponesas atua na “luta das mulheres pela igualdade de direitos e pelo fim de qualquer forma de violência, opressão e exploração praticada contra a mulher e a classe trabalhadora”. O caminho que pretendem traçar para conquistar uma realidade melhor é através da “produção de alimentos saudáveis, pela construção de um projeto de agricultura ecológico e pela luta pela libertação da mulher” (MMC,2017).

Considerações Finais

As realidades e subjetividades das mulheres no Terceiro Mundo são complexas e envolvem diversos fatores. Sendo assim, a localidade que compartilham e as opressões advindas desse contexto, além da raça, orientação sexual, classe social, entre outros elementos precisam ser analisados e entendidos a partir da interseccionalidade. As mulheres camponesas sofrem opressões sobrepostas, ou seja, sofrem devido ao seu gênero, a sua dependência econômica, a sua cor da pele, etc. Superar essa realidade envolve a compreensão das interligações entre esses fatores. Alguns dos principais fatores, observados na pesquisa, que contribuem para a perpetuação da violência de gênero no campo são a (1) dependência econômica dos maridos; (2) a distância das residências do campo de delegacias, postos de saúde, instituições educacionais e de lazer; (3) o medo do julgamento social e (4) a preocupação com relação a situação dxs filhxs. Nesse sentido, tentaremos apresentar algumas sugestões que podem ser alternativas para ultrapassar essa realidade. Como vimos no texto, a união das mulheres em busca de uma vida melhor no campo resultou na criação do Movimento de Mulheres Camponesas, o qual tem sido um importante instrumento nessa luta. A união das vozes oprimidas se transformou em força social e fez com que o tema da

violência contra as mulheres no campo recebesse maior atenção social. Acreditamos que investimentos no empreendedorismo das mulheres do campo pode ser um grande aliado para a conquista da independência financeira dessas mulheres e assim, seu empoderamento. Nesse sentido, o cooperativismo, surge como um importante instrumento para esse fim. As cooperativas podem ser definidas como “empresas de propriedade conjunta e de gestão democrática guiadas por valores de ajuda mútua, responsabilidade compartilhada, democracia, igualdade, equidade e solidariedade” (UNISOL, 2010). Nesse ambiente, as mulheres obtêm a possibilidade de decidir em conjunto, socializar, ascender economicamente, compartilhar experiências, e fortalecerem-se umas às outras. Deste modo,

Para as mulheres, as cooperativas têm um papel chave a desempenhar, pois são capazes de responder às suas necessidades práticas e estratégicas. Cooperativas formadas exclusivamente por mulheres ou constituídas por homens e mulheres oferecem meios organizativos eficazes para as sócias e empregadas melhorarem seu nível de vida, por meio das oportunidades de exercer trabalho decente e facilidades de poupança, crédito, saúde, habitação e serviços sociais como educação e capacitação. As cooperativas também oferecem às mulheres meios para participarem de atividades econômicas e exercerem influência, conquistando autonomia e auto-estima graças a esta participação. Elas contribuem, ainda, para melhorar a situação econômica, social e cultural das mulheres, promovendo a igualdade e mudando os preconceitos institucionais (UNISOL, 2010).

Outra ação essencial que deve partir do poder público é a promoção de campanhas de conscientização sobre violência no campo e de como agir frente a casos de violência, juntamente com o fornecimento de acompanhamento psicológico e jurídico. Por fim, a localidade e o gênero que compõem as delegacias da mulher interferem na luta pelo empoderamento e fim da violência. O desenvolvimento de delegacias da mulher/ou alguma representação dessas no interior e sua composição feita por agentes do gênero feminino facilitaria o processo de denúncias e também o atendimento às vítimas.

Referências Bibliográficas

ALVES, Schirlei. SC tem quase 1 feminicídio por semana em 2017. Diário Catarinense. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/12/sc-tem-quase-1-femicidio-por-semana-e-m-2017-10057552.html> Acesso em: Maio 2018.

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Universidade Estadual de Londrina
13 a 15 de junho de 2018
ISSN 2177-8248

ÁVILA, Mariana de. Desde a criação da Lei do Feminicídio, SC já registrou 285 processos penais. G1. Disponível em:
<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/desde-a-criacao-da-lei-do-feminicidio-sc-ja-registrou-285-processos-penais.ghtml> Acesso em: Maio 2018.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Subaltern Feminisms. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, 2017.

BENTO, Tiago. Chapecó ocupa o 3ª lugar no ranking de violência contra mulheres em SC. Rádio AL. Disponível em:
http://agenciaal.ale.sc.gov.br/index.php/radioal/noticia_single_radioal/chapeco-ocupa-o-3-lugar-no-ranking-de-violencia-contra-mulheres-em-sc Acesso em: Maio 2018.

BONI, Valdete. *De agricultoras a camponesas: O Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e suas práticas*. 2012. 253 p. Diss. Tese doutorado (Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política)-Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color*. 1995.

CRENSHAW, Kimberle Williams. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *VV. AA. Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

Cunha, Teresa; da Silva, Terezinha. Women in skirts. *Decolonising feminisms in Mozambique*. WiCDS Decolonising Feminism. Johannesburg, Wits University, 2016.

DIÁRIO CATARINENSE (DC). Sozinhas — histórias de mulheres que sofrem violência no campo. Disponível em:
<http://dc.clicrbs.com.br/sc/nos/noticia/2017/07/sozinhas-historias-de-mulheres-que-sofrem-violencia-no-campo-apresenta-relatos-de-solidao-agressoes-e-humilhacao-9829930.html>
Acesso em: Abril 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017. Disponível em:
http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf
Acesso em: Maio 2018.

GROVOGUI, Siba. A revolution nonetheless: The Global South in international relations. *The Global South*, v. 5, n. 1, p. 175-190, 2011.

hooks, bell. Mujeres negras: dar forma a la teoría feminista. In: *Otras inapropiables. Feminismos desde las fronteras*. Traficantes de sueños: Madrid, 2010. Disponível em:
<https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Otras%20inapropiables-TdS.pdf> Acesso em: Março 2018.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Relógios da Violência. Disponível em:
<http://www.relogiosdaviolencia.com.br/#> Acesso em: Maio 2018.

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Universidade Estadual de Londrina
13 a 15 de junho de 2018
ISSN 2177-8248

MEDINA MARTÍN, Rocío. *Feminismos periféricos, feminismos-otros: una genealogía feminista decolonial por reivindicar*. 2013.

MOHANTY, Chandra, T. Cartographies of Struggle Third World Women and the Politics of Feminism. In: MOHANTY, Chandra Talpade; RUSSO, Ann; TORRES, Lourdes (Ed.). *Third world women and the politics of feminism*. Indiana University Press, 1991.

MOHANTY, Chandra. *Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses*. (1984) In: Chandra Mohanty; Ann Russo; Lourdes Torres eds. *Third World Women and the Politics of Feminism*, Broomington: Indiana University Press. pp.51-81.

MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS (MMC), 2017. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/site/> Acesso em: Abril 2018.

MONITOR DA VIOLÊNCIA. Femicídios no Brasil. G1. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/monitor-da-violencia/2018/femicidios-no-brasil/> Acesso em: Maio 2018.

SOARES, Nana. Em números: A violência contra a mulher brasileira. Estadão, 2017. Disponível em: <http://emails.estadao.com.br/blogs/nana-soares/em-numeros-a-violencia-contra-a-mulher-brasileira/> Acesso em: Maio 2018.

SUÁREZ, Liliana; HERNÁNDEZ, Rosalba Aída. Descolonizando el feminismo. *Teorías y prácticas desde los márgenes*, 2008.

UNISOL BRASIL. A mulher e o cooperativismo. 2010. Disponível em: <http://www.unisolbrasil.org.br/a-mulher-e-o-cooperativismo/> Acesso em: Junho 2018.

WALSH, C. (Ed.). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir,(re) existir y (re) vivir*. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.